

PREFÁCIO*

Temos experimentado, desde 2016, a desconstrução das políticas que estavam em curso no país, por meio de reformas e leis diversas, dentre as quais podem ser destacadas: a Emenda Constitucional nº 95/2016, a Lei de Terceirização (*Lei* nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (*Lei* nº 13.467/2017), a Reforma da Previdência (*Emenda Constitucional* nº 103/2019), a Lei da Liberdade Econômica (*Lei* nº 13.874/2019), a Emenda Constitucional nº 186/2019, transformada em Emenda Constitucional nº 109/2021, entre outras. Ou seja, há um conjunto de medidas e ações de orientação neoliberal que apontam para uma reconfiguração do papel do Estado e, ao mesmo tempo, para uma forma diferente de tratar o serviço público, as universidades públicas e o campo da educação superior pública em geral.

O momento iniciado a partir do Governo de Michel Temer (2016-2018) tem favorecido mais intensamente a (des)regulação ou (des)regulamentação da educação superior, assim como tem intensificado a mercantilização, privatização e mercadorização desse nível de educação. Contudo, é preciso lembrar que esse processo começou já no final dos anos 2000, mais precisamente em 2007, quando a educação superior passou a ser uma mercadoria comercializada nas bolsas de valores. A partir desse momento, os acionistas no Brasil, e de toda parte, passaram a investir em educação superior. Foram observados movimentos de aquisição, e de fusão, com o surgimento de grandes oligólios no campo da educação superior brasileira.

Esse processo de reconfiguração da educação superior vem ocorrendo já há algum tempo, porém, ele se intensifica mais ainda agora com as reformas neoliberais em curso como o congelamento dos gastos primários com a Emenda Constitucional nº 95/2016; os cortes orçamentários; a redução dos recursos para programas sociais; a reforma trabalhista, com desregulamentação do trabalho; a perda de direitos sociais e precarização do trabalho; além da reforma da previdência que reduz os direitos previdenciários e induz a um processo de privatização das aposentadorias. Essas reformas têm ampliado as condições para aumentar o lucro, ou seja, o aumento da força de trabalho, ocasionando alto índice de desemprego, além de tornar o trabalho mais flexível,

*DOI – 10.29388/978-65-81417-43-7-0-f.17-22

intermitente, temporário ou informal; o trabalho até o fim da vida, sem perspectiva de aposentadoria; a mão de obra abundante, barata e altos índices de desemprego; e a diminuição dos empecilhos nos impostos e contribuições visando ampliar a margem de lucro das empresas. Isso tudo, junto com a deserção social do Estado, tem contribuído para o aumento da miséria e da fome, agravadas a partir do contexto da pandemia do coronavírus.

Em 2018, por ocasião das eleições presidenciais, o então candidato Jair Messias Bolsonaro apresentou como programa de educação alguns pontos dentre os quais se destacam: propor a EaD como uma forma de baratear custos; inverter a lógica de financiamento da educação superior para a educação básica; manter a Emenda Constitucional nº 95/2016; estimular o empreendedorismo, incentivando parcerias entre pesquisadores/cientistas das universidades com empresas privadas; estabelecer parcerias e pesquisas com a iniciativa privada; dar ênfase à pesquisa aplicada, visando à pesquisa de valor intelectual agregado; e extinguir as cotas nas universidades e institutos federais, entre outras.

Já no governo, nos anos de 2019 e 2020, algumas dessas ações começaram a ganhar certa materialidade. Exemplo disso é a proposição do Projeto de Lei do Programa Future-se, que, em certa medida, viabilizaria essa lógica das parcerias, da geração de recursos próprios e do empreendedorismo na gestão das universidades federais. Vemos essa agenda sendo concretizada também, em boa medida, nos cortes orçamentários e nos editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Quando se examina o papel das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país, para a resolução de problemas sociais, à luz desse ultraneoliberalismo conservador focado na liberdade econômica, no livre mercado e na (des)construção do Estado como agente planejador, regulador e de proteção social, incluindo práticas autoritárias e negacionistas, percebe-se que não há concretamente lugar para a ciência e para o conhecimento científico nessa lógica. E, nesse contexto, não se observa lugar para as universidades federais, para a expansão da educação superior pública, nem para a regulação e supervisão da qualidade da educação superior, a não ser aquela decorrente da própria autorregulação advinda da competição das próprias IES privadas.

Esse momento de reconfiguração da educação superior tem sido marcado por forte flexibilização, (des)regulamentação e autorregulação das IES privadas, materializadas por critérios mais flexíveis e facilitadores da expansão, conforme interesses privados, para a expansão e aumento do lucro. Observamos nas falas de gestores do Ministério da Educação (MEC) o desejo de criar um sistema autorregulado de educação superior, reduzindo a atuação do MEC nos processos de cursos e instituições. Nesses últimos anos são observadas mudanças significativas na base legal, que antes ampliava a centralização da regulação e regulamentação na esfera federal, com ênfase em critérios e processos de controle da qualidade e com maior supervisão e avaliação do sistema.

Vale salientar outro aspecto da reconfiguração da educação superior pública federal que vem ocorrendo mediante atos do governo Jair Bolsonaro, como se observa em ações dos anos de 2019 e 2020. Temos visto alterações na estrutura do MEC (Decreto nº 9.465/2019); extinção de cargos e funções de confiança (Decreto nº 9.725/2019); intervenção e alterações na escolha de reitores nas universidades e institutos federais; redução da participação democrática via eliminação de colegiados ou conselhos (Decreto nº 9.759/2019); cortes diversos nos orçamentos das universidades e institutos federais, bem como na Capes e no CNPq; ações de perseguição a gestores e docentes, em desrespeito à liberdade de cátedra; maior controle das informações via portal único “gov.br”, que dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do governo federal (Decreto nº 9.756/2019); maior controle de licenças e afastamentos dos servidores públicos federais (Decreto nº 9.991/2019); retirada do controle das aposentadorias das universidades federais, como centralização na Previdência Social; ataques a instituições produtoras de informação e conhecimento, tais como o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais** (Inpe) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e a proposição do Programa Future-se que objetiva levar as universidades federais a buscarem recursos no mercado. Enfim, há várias medidas em curso contra a autonomia das universidades públicas federais que tem sido limitada, em parte, dada à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), com base nos artigos 206 e 207 da Constituição Federal de 1988.

Surgiu, nos últimos anos, decorrente da política ultra neoliberal e conservadora, um discurso ou uma visão anticientífica, contrapondo-se ao que denominam ideologia e doutrinação marxista, por meio da intensificação da defesa da sociedade de livre mercado e redução da atuação do Estado nos atos regulatórios. Não se trata propriamente de uma lógica de produção científica na medida em que nega o conhecimento baseado em evidências e rigor científico. Pelo contrário, contrapõe-se quase sempre aos conhecimentos científicos que se opõem à visão de mundo hiperneoliberal, conservadora, fundamentalista e autoritária. Exemplo disso foram as manifestações e ações do governo federal por ocasião das queimadas da Amazônia e do Pantanal em 2019 e 2020, assim como no enfrentamento da pandemia.

Como docentes-pesquisadores temos que continuar analisando criticamente as políticas, gestão e novas formas de regulação em curso pois elas evidenciam o modo como as políticas, programas e ações estão sendo reconfigurados, destacadamente a gestão universitária, o financiamento, a avaliação, a produção do conhecimento e o trabalho acadêmico. Todas estas questões implicam em mudanças significativas na natureza e no caráter da universidade pública e nos apresentam novos questionamentos e grandes desafios. Além disso, devemos refletir criticamente sobre o modelo de (des)regulação atual da educação superior e, ao mesmo tempo, sobre as necessárias políticas **democráticas em prol da** defesa da educação superior como direito social.

É nesse contexto que o livro “As políticas de educação superior: influências do neoliberalismo, formação de professores, educação especial e inclusão”, organizado por Maria Célia Borges e Vicente Batista dos Santos Neto, nos proporciona reflexões críticas em torno de três eixos básicos: a) as políticas de educação superior e as influências do neoliberalismo; b) a educação superior e a formação de professores; e c) as políticas de inclusão educacional na educação superior.

O primeiro eixo agrupa artigos que evidenciam como a concepção e as diretrizes neoliberais têm influenciado as políticas, programas e ações no âmbito da educação superior. Isso se revela na análise dos indicadores e estratégias para cumprimento da meta 12 do PNE 2014-2024, nos processos e mecanismos que vêm sendo adotados para reconfiguração ou deformação da educação superior, por exemplo na oferta de cursos superiores de tecnologia, na mercadorização dos

diplomas de ensino superior e na flexibilização ou (des)regulação dos processos e mecanismos de avaliação e que certamente impactam a questão da qualidade nesse nível de educação.

O segundo eixo está focado na formação de professores no contexto de expansão e reconfiguração do campo da educação superior. Em um tempo de conservadorismo e neoliberalismo, que orienta diferentes setores de organização da vida social, questiona-se sobre como a formação de professores impacta a democracia ou gestão escolar democrática, como o paradigma da formação, via educação a distância, vem ganhando espaço no crescimento das vagas e matrículas na educação superior, sobretudo a partir do crescimento das plataformas tecnológicas e da educação emergencial remota no contexto da pandemia do corona vírus e, ainda, que interesses, disputas e resistências podem ser observados na formação de professores, especialmente no âmbito da formação dos pedagogos.

Finalmente, no terceiro eixo, são examinadas as políticas de inclusão educacional na educação superior, tema tão relevante a partir dos anos 2000, a exemplo da aprovação da Lei de Cotas em 2012, que vem sofrendo retrocessos a partir da intensificação das políticas neoliberais e conservadoras. A inclusão de estudantes na graduação, a partir de ações afirmativas e adoção de cotas, impactou positivamente o ingresso na educação superior nas duas últimas décadas, sendo aos poucos estendida aos cursos de mestrado e doutorado em Instituições de Educação Superior públicas federais e estaduais. Preocupação semelhante ocorreu no âmbito da educação especial em termos de formação de professores, criação de condições de acesso e permanência, tecnologias assistivas, inclusão de disciplinas ou componentes curriculares nos cursos de graduação, monitoramento das metas e estratégias do PNE 2014-2024 voltadas à educação especial e, ainda, levantamento e análise crítica das políticas de educação inclusiva no contexto da educação superior no Brasil, destacadamente em termos de acesso e permanência.

Trata-se, pois, de um livro analítico e reflexivo, que nos apresenta uma crítica às políticas, programas e ações de inspiração neoliberal que vêm reconfigurando o sistema de educação superior no Brasil, no sentido de torná-lo mais mercantilizado e mercadorizado, em detrimento de políticas de formação mais sólidas, críticas, consistentes e inclusivas. Este livro contribui, pois, para a defesa de políticas de educação superior comprometidas com a construção de uma sociedade democrática na

forma e no conteúdo, assim como com uma formação cidadã que colabore para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

*João Ferreira de Oliveira
Agosto de 2021*